

---

# **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM CONTABILIDADE**

---

**DAIANA DE FÁTIMA MOREIRA CAVALCANTE**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

E-mail: daianamoreira@iftm.edu.br

**ANDERSON CLAYTOM FERREIRA BRETTAS**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

E-mail: andersonbrettas@iftm.edu.br

## **RESUMO:**

O capitalismo é um sistema cíclico que alterna ciclos de crescimento econômico seguidos de declínio das atividades. Isso potencializa a vulnerabilidade social e contribui para o endividamento de muitas famílias brasileiras, tornando a Educação Financeira uma demanda importante. Na escola, a inserção da Educação Financeira nos currículos integrados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica contribui para a formação de sujeitos mais aptos a lidar com as finanças pessoais e/ou profissionais. Diante do exposto, este estudo objetivou verificar qual a percepção dos egressos do Curso Técnico Integrado em Contabilidade do *Campus* Patrocínio do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM sobre o ensino da Educação Financeira nas escolas. Para tanto, pautou-se em uma abordagem metodológica qualitativa por meio da análise bibliográfica e da aplicação de questionário. Os dados evidenciaram que os egressos do Curso Técnico Integrado em Contabilidade do *Campus* Patrocínio do IFTM consideram a temática relevante e sugerem até mesmo uma disciplina obrigatória e isolada para tratá-la com maior detalhamento. Recomendam, também, que a facilitação da aprendizagem dos assuntos de Educação Financeira ocorra, entre outras práticas pedagógicas, por meio de vídeos. Os resultados alcançados fomentam a discussão sobre a importância da inserção da Educação Financeira nas instituições escolares, especialmente, aquelas que ofertam a EPT, contribuindo, assim, para a formação integral dos sujeitos.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Educação Financeira, Contabilidade, Educação Profissional, Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

***FINANCIAL EDUCATION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF GRADUATES FROM THE INTEGRATED TECHNICAL COURSE IN ACCOUNTING***

---

**ABSTRACT:**

The capitalism is a cyclical system that alternates cycles of economic growth followed by declines in activities. This magnifies social vulnerability and contributes to the indebtedness of many Brazilian families, making Financial Education an important demand. In the school, the integration of Financial Education into the integrated curricula of the Federal Network of Professional, Scientific, and Technological Education contributes formation of more able to deal with personal and/or professional finances. In light of the foregoing, this study aimed to ascertain the perception of graduates from the Integrated Technical Course in Accounting at the Patrocínio *Campus* of the Federal Institute of Triângulo Mineiro - IFTM regarding the teaching of Financial Education in schools. To do so, it relied on a qualitative methodological approach through bibliographic analysis and questionnaire application. The data indicate that graduates from the Integrated Technical Course in Accounting at the Patrocínio *Campus* of IFTM consider the topic relevant and even suggest a mandatory and separate discipline to approach it in more detail. They also recommend that facilitating the learning of Financial Education topics occur, among other pedagogical practices, through videos. The results obtained stimulate discussion about the importance of integrating Financial Education into educational institutions, especially, those offering Professional, Scientific, and Technological Education, thus contributing to the holistic formation of the individuals.

**KEYWORDS:**

Financial Education, Accounting, Professional Education, Federal Network of Professional and Technological Education.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integra-se aos diferentes níveis de educação e oferta, como uma das possibilidades, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Brasil, 1996). Por sua vez, uma das alternativas da EPT, o Ensino Médio Integrado (doravante denominado EMI), está presente nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e permite ao discente frequentar o ensino profissional técnico de forma integrada ao Ensino Médio. Ressalta-se ainda que um dos pilares da EPT é a formação integral, ou seja, a formação dos indivíduos em sua plenitude, abrangendo tanto a formação geral e intelectual, quanto a formação específica e técnica, preparando os discentes para o mundo do trabalho (Ramos, 2007).

Dessa forma, a partir dos conhecimentos adquiridos, espera-se que os egressos dos cursos do EMI possuam a capacidade de compreender melhor sua própria realidade financeira e a de suas famílias e promover seu aprimoramento, além de, a partir do exercício pleno da cidadania, moldar um futuro estável para eles, o que perpassa por questões financeiras. Para tanto, considerando o

sistema capitalista vigente, recursos financeiros serão, frequentemente, demandados para atender necessidades específicas, ou mesmo para garantir a sobrevivência dos indivíduos.

Neste contexto, emerge a Educação Financeira, que ganhou relevância nos últimos anos, adentrando, inclusive, os ambientes educacionais. Nesta, reconhece-se a importância de, desde a infância, conscientizar os indivíduos sobre a limitação dos recursos e sobre os elementos relacionados às finanças a fim de posicioná-los de forma ativa e responsável na sociedade.

Importa ressaltar, ainda que, a rigor, o capitalismo é um sistema cíclico que alterna ciclos de crescimento econômico seguidos de declínio das atividades, o que potencializa a vulnerabilidade social e também contribui para o endividamento de muitas famílias brasileiras, tornando a Educação Financeira uma demanda importante.

Conforme dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), de fevereiro de 2023, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), aproximadamente 78% das famílias brasileiras estão endividadas, o que representa o maior percentual em 12 anos (CNC, 2023).

Nesse âmbito, faz-se necessário promover a Educação Financeira nas escolas. Especialmente, nas instituições que ofertam a EPT, a fim de que, ao longo de sua carreira acadêmica, os estudantes, por meio da formação integral, reflitam e saibam lidar com as oportunidades e os desafios econômicos e financeiros existentes no mundo do trabalho.

Destacam-se, ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que preconizam uma educação vinculada à cidadania e recomendam a inclusão de assuntos relacionados à Educação Financeira como temas contemporâneos a serem desenvolvidos de forma transversal e integradora, em todos os currículos da Educação Básica.

É legítimo considerar, ainda, que os indivíduos necessitam dispor de conhecimentos sobre como administrar os recursos financeiros de que dispõem, ou virão a dispor, seja para controlar despesas, evitar dívidas, alcançar a independência financeira, poupar, investir, ou aumentar exponencialmente suas riquezas. Ademais, a inserção da Educação Financeira nos currículos integrados da EPT contribui na formação de sujeitos aptos a exercerem de forma plena sua cidadania. Isso porque

o dinheiro faz parte da vida. Há quem diga que é a mola que move o mundo. Sendo assim, estarão mais bem aparelhados para viver os que tiverem controle sobre o próprio dinheiro, que não forem escravos, mas senhores dos recursos financeiros de que dispõem (Domingos, 2008, p. 125).

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi verificar qual a percepção dos egressos do Curso Técnico Integrado em Contabilidade do *Campus* Patrocínio do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM sobre o ensino da Educação Financeira nas escolas.

## **2. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

A Educação Financeira começou a ser disseminada, no Brasil, a partir da publicação do Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Essa legislação foi posteriormente revogada pelo Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020, que instituiu a nova ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF).

A inovação presente neste novo decreto diz respeito à ampliação das finalidades da ENEF. Além de promover a Educação Financeira e previdenciária, já presentes no decreto revogado, atualmente, a ENEF incorpora, entre suas finalidades, a promoção da educação securitária e fiscal no país. Assim, ao FBEF foram atribuídas diversas competências, dentre elas, a de implementar e estabelecer os princípios da ENEF em âmbito nacional (Brasil, 2020). Importa salientar também que o FBEF é um colegiado de articulação, presidido, atualmente, pelo Banco Central do Brasil (BCB), integrado por vários parceiros institucionais, como o Ministério da Educação (MEC).

Por meio do Comunicado FBEF n.º 1/2021, de 20 de maio de 2021, foram divulgados os princípios e diretrizes para a implementação da Nova ENEF. O documento também esclarece que o FBEF não tem a função de executar políticas públicas, mas de ser um ambiente colaborativo para a articulação entre seus membros e parceiros, visando promover e efetivar a disseminação da educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, em âmbito nacional (BCB, 2021).

É importante destacar que as diretrizes para a ENEF, estabelecidas pelo FBEF, estão ancoradas nas Recomendações sobre Letramento Financeiro emitidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Conforme informações extraídas da página oficial da entidade, a OCDE, ou, em inglês, OECD é uma organização internacional que labora na

construção de melhores políticas que promovam uma vida melhor com foco na prosperidade, igualdade, oportunidade e bem-estar coletivo (OECD, 2023).

Ademais, essa é uma organização internacional, fundada em 1961, com sede em Paris, na França, atualmente, composta por 38 países membros (OECD, 2023), que ainda não incluiu o Brasil como um deles, apesar de, em 25 de janeiro de 2022, ter aberto discussões de anuência com o mesmo (OECD, 2022).

A OCDE (OECD, 2020a) define a alfabetização financeira como uma combinação de compreensão financeira, sabedoria, aptidões, mentalidade e ações imprescindíveis para a tomada de decisões assertivas e, em última instância, para a conquista do bem-estar financeiro pessoal.

A organização também passou a incorporar elementos de letramento financeiro no teste do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que tem como meta gerar indicadores que auxiliem no debate da qualidade da educação nos países participantes, com o intuito de subsidiar políticas para aperfeiçoamento da Educação Básica (INEP, 2023).

O teste de alfabetização financeira do PISA, da OCDE, realizado em 2018, revelou que um em cada quatro estudantes, nos vinte países e economias participantes da avaliação, e um em cada sete, em treze países e economias da OCDE, não são capazes de tomar decisões simples sobre gastos cotidianos. Os resultados mostraram que apenas um em cada dez alunos apresentou o mais alto nível de alfabetização financeira, sendo capaz de tomar decisões financeiras em contextos relevantes para a vida futura. O país que teve a pontuação média mais alta foi a Estônia, seguido pela Finlândia, pelas províncias canadenses participantes, pela Polônia e pela Austrália (OECD, 2020b).

A avaliação analisou os conhecimentos e competências dos jovens em assuntos financeiros e gestão pessoal de finanças. Assim, foram abordados temas, como a administração de contas bancárias e cartões de débito, compreensão das taxas de juros de empréstimos e a escolha entre diferentes planos de telefonia móvel. Além disso, o teste revelou que as disparidades socioeconômicas e a posse de contas bancárias e cartões de pagamento têm impacto no nível de proficiência em Educação Financeira (OECD, 2020b).

No decorrer da avaliação, também foram investigadas as atitudes e comportamentos dos estudantes em relação ao dinheiro e às transações financeiras digitais. O teste evidenciou que atividades como compras *on-line*, pagamento com cartão de débito, monitoramento eletrônico de

saldos, comparação de preços entre diferentes lojas e verificação de trocos estavam associadas a um melhor desempenho na avaliação (OECD, 2020b). Neste viés,

a promoção da Educação Financeira pode gerar empoderamento, já que o cidadão consciente e esclarecido quanto ao dinheiro e seu uso tem mais oportunidades e conhecimentos para, possivelmente, administrar seus recursos de forma consciente e sustentável. Tais mudanças não dependem apenas da utilização de planilhas e calculadoras, mas também do desenvolvimento de novos hábitos, comportamentos e valores (Giordano; Assis; Coutinho, 2019, p. 5).

Logo, a Educação Financeira pode ser entendida como um processo que visa a otimizar a compreensão dos consumidores e investidores financeiros sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, por meio de informação, instrução ou aconselhamento objetivo, a fim de que possam desenvolver habilidades que os tornem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, no sentido de fazerem escolhas mais assertivas, saberem onde procurar ajuda e realizarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro (OECD, 2020a).

A necessidade da Educação Financeira para os cidadãos é evidente em um mundo capitalista. É essencial ter conhecimentos, mesmo que básicos, dos termos e conceitos relacionados ao assunto, reconhecer sua importância e saber como aplicá-los, pois isso pode cooperar significativamente para o alcance de uma vida financeira mais saudável e para o enfrentamento dos desafios do sistema capitalista.

Negri (2010, p. 19) enfatiza que

Educação Financeira é um processo educativo que, por meio de aplicação de métodos próprios, desenvolve atividades para auxiliar os consumidores a orçar e gerir a sua renda, a poupar e a investir; são informações e formações significativas para que um cidadão exerça uma atividade, trabalho, profissão e lazer, evitando tornarem-se vulneráveis às armadilhas impostas pelo capitalismo.

A despeito de sua relevância, Grüssner (2007, p. 7) discorre que a Educação Financeira ainda é um tema pouco investigado no Brasil, já que “na maioria dos colégios, não existem matérias sobre dinheiro, orçamento familiar e pessoal, planejamento financeiro”.

Diante disso, depreende-se a importância da promoção da Educação Financeira no contexto nacional, especialmente, nos espaços formais de educação, a fim de capacitar os estudantes sobre

essa temática. Para que isso ocorra, são necessárias ações integradas, de órgãos e instituições públicas e privadas, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

Outros fatores que corroboram a necessidade de difundir a Educação Financeira no país são o alto índice de endividamento da população brasileira e o consumismo. Sobre isso, Paraiso e Fernandes (2019, p. 12-13) dissertam que:

Não são apenas as questões relacionadas aos aspectos de emprego, renda, estabilidade financeira, classe social, número de integrantes, distribuição de renda, que levam as famílias a se endividarem. Muitas variáveis estão relacionadas, como os hábitos de compra da população, a disseminação do crédito, a propagação de novos meios de pagamento e uma sociedade cada vez mais orientada para o consumo.

Os avanços tecnológicos e a globalização também potencializaram esse processo ao democratizarem o acesso às informações, que, por meio de táticas de *marketing* e propaganda, induzem os indivíduos a acreditarem na necessidade de adquirirem, de forma imediata e, por vezes, sem ponderação, os bens e serviços ofertados, por exemplo, na televisão, no rádio e na *internet*. Sobre isso, Paraiso e Fernandes (2019, p. 12-13) ainda asseveram que:

É praticamente unânime a percepção de que falta para a sociedade brasileira uma cultura orientada para a Educação Financeira, sobretudo pela complexidade oriunda das constantes mudanças tecnológicas, regulatórias e principalmente econômicas. A transmissão de conhecimento e atualização sem dúvidas causam impactos positivos e diretos na tomada de decisão da população.

Embora diversas entidades públicas e privadas estejam investindo na disseminação da Educação Financeira pelo Brasil, é imprescindível que as escolas também empreendam esforços no letramento financeiro dos estudantes.

A escola, enquanto um espaço plural destinado à formação humana, para além da transmissão de conteúdos e voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências, deve zelar pela acessibilidade dos alunos aos assuntos pertinentes à Educação Financeira de forma a aprimorar a preparação destes para o mundo do trabalho e para o exercício pleno da cidadania.

A própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (doravante denominada CF/88), promulgada no dia 5 de outubro de 1988, estabelece, em seu artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205)”.

Logo, é um direito do indivíduo acessar conhecimentos que o auxiliem na tomada de decisões mais assertivas, no intuito de alcançar um equilíbrio em todos os âmbitos de sua vida, evitando, assim, ser penalizado pelo próprio sistema capitalista. De modo que a Educação Financeira atua na contradição do capitalismo, que incentiva o crédito para os indivíduos e suas famílias consumirem, e esses, consumindo, se endividarem, e, ao se endividarem, tornarem-se inadimplentes e, como consequência, serem punidos pelo próprio sistema financeiro ao serem inscritos na lista de devedores e serem impedidos de tomarem novos créditos.

Nesse contexto, como consequência da promulgação da CF/88 e seu artigo 205, teve-se a sanção e a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1996, uma lei federal que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil. Essa lei define os princípios e objetivos da educação nacional, as etapas e modalidades de ensino, e também a organização e funcionamento do sistema educacional brasileiro (Brasil, 1996).

Fundamentado na LDB, o MEC concebeu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), não obrigatórios por lei, que compreendem um conjunto de orientações pedagógicas para o direcionamento da prática educativa escolar nacional, definindo as competências e os conteúdos a serem desenvolvidos em cada disciplina e em cada etapa da Educação Básica.

Mesmo que não haja previsão da Educação Financeira de forma expressa nos PCNs, dentre os temas propostos, têm-se os temas transversais Meio Ambiente, Trabalho e Consumo, que contemplam questões relevantes no cotidiano dos indivíduos, como aspectos relacionados à tributação, ao consumo, ao consumismo, à sustentabilidade, à distribuição de renda, à publicidade, às vendas e à comunicação de massas (Brasil, 1998), tópicos inerentes à Educação Financeira.

Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão colegiado que integra o MEC, elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), normas obrigatórias gerais e específicas, que orientam a elaboração e a implementação dos currículos escolares e dos conteúdos mínimos das diversas áreas do conhecimento no Brasil. Essas diretrizes são revisadas de forma periódica e, por considerarem as particularidades regionais e culturais do país, permitem que as escolas e os



docentes elaborem projetos pedagógicos que atendam às demandas sociais do entorno (Brasil, 2013).

Na sequência, tem-se a BNCC, que está fundamentada nas demais legislações e normativas, e define os objetivos de aprendizagens essenciais que os estudantes brasileiros devem desenvolver em cada etapa da Educação Básica. A BNCC contempla “os conhecimentos mínimos necessários para o desenvolvimento de competências gerais almejadas para o pleno exercício da cidadania, para adaptação ao mundo do trabalho e para a solução de questões cotidianas, de forma plena, por toda a população brasileira” (Giordano; Assis; Coutinho, 2019, p. 21).

Assim, alinhada aos PCNs, a BNCC é uma referência nacional na estruturação dos currículos escolares e também recomenda a inclusão de assuntos relacionados à Educação Financeira em todos os currículos da Educação Básica como temas contemporâneos a serem desenvolvidos de forma transversal e integradora. Para Belchior,

Ainda que exista a sinalização dos governantes, através de documentos oficiais como PCN e BNCC, de introduzir a educação financeira nas escolas, a efetiva abordagem destes conhecimentos não está de todo presente na realidade escolar atualmente. Em que pese a condição de ser trabalhada de forma transversal no currículo escolar, a educação financeira figura como responsabilidade de todos ao mesmo tempo em que não é de ninguém, ficando a cargo de cada instituição de ensino onde, como e quando abordar este tema, que ainda carece de atenção e dedicação por parte dos professores, pesquisadores e legisladores para a concretização deste ensino nas escolas do país (Belchior, 2021, p. 29).

A integração da Educação Financeira na EPT é fundamental para prover competências essenciais aos discentes, o que permitirá uma melhor tomada de decisões financeiras. Assim, à medida que os alunos se preparam para entrar no mundo do trabalho, e ainda no mercado de trabalho, eles precisam de competências para administrar suas finanças de forma responsável e entender as implicações de suas escolhas.

Logo, ao incorporar a Educação Financeira, as instituições ofertantes da EPT não apenas contribuem para o aumento da empregabilidade dos estudantes, mas, também, os capacitam a gerenciarem com responsabilidade suas finanças e seu bem-estar individual, bem como a contribuir positivamente para a economia, para o meio ambiente, para a sociedade, para o bem-estar coletivo e ainda se sobressaírem no cenário financeiro, que está em constante mudança.

As instituições escolares, portanto, devem estar atentas ao cumprimento das legislações e recomendações vigentes, além de se esforçarem para acompanharem as constantes mudanças ocorridas nos cenários global e nacional. Uma das mudanças requeridas diz respeito à necessidade de inserção da Educação Financeira nas escolas, especialmente nas que ofertam a modalidade de EMI da EPT, já que esta tem como objetivo principal a formação integral dos discentes. Além disso, as finanças constituem um dos âmbitos a serem desenvolvidos na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional dos alunos.

A EPT articula educação e trabalho, sendo a primeira como princípio pedagógico e o segundo como princípio educativo, almejando superar a dualidade do trabalho manual *versus* o trabalho intelectual, promovendo a formação omnilateral e politécnica dos sujeitos, bem como a emancipação humana.

Neste ponto, cabe destacar que o trabalho deve ser realizado na perspectiva de princípio educativo, já que o trabalho humaniza, produz a vida material e dá origem às outras características culturais, como a educação, por exemplo. Isto é, o trabalho é uma prática social que transforma a natureza e produz a existência humana (Saviani, 2007). Neste sentido, a EPT

precisa ser considerada como uma das alternativas que conduz ao desenvolvimento, à ascensão social, política e cultural, de fato e de direito, como possibilidade de diminuir a distância entre ricos e pobres, mandantes e executores, dominantes e dominados (Lorenzet; Andreolla; Paludo, 2020, p. 17).

Ainda neste viés, a complexidade do mundo moderno acentua o desafio de promoção de uma educação de qualidade para a classe trabalhadora, que visa a oportunizar uma educação crítica e libertadora, ao contrário de ofertar uma educação bancária e tradicional.

Portanto, percebe-se a natureza dialética do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, ensinar e aprender são variáveis que estão diretamente relacionadas e são construídas pelo diálogo, pela argumentação e pelos debates. Dessa forma, “[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos [...]” (Freire, 1994, p. 39). Neste contexto, a EPT, ancorada em seus objetivos primordiais, deve incentivar e concorrer para que os estudantes tenham acesso aos diversos conteúdos e conhecimentos para uma formação integral e emancipadora,

compreendendo que a escola é o principal meio de transformação de uma sociedade, ela pode e deve procurar meios que potencializem a aprendizagem e a eficácia da Educação Financeira como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas (Marconato; Ferreira, 2022, p. 194).

Essa melhoria está relacionada, em grande medida, à tomada de decisões financeiras ponderadas e alinhadas aos objetivos de curto, médio e longo prazo; ao gerenciamento de dívidas, que reduz o estresse financeiro e conduz à estabilidade financeira; à compreensão da importância de economizar; às formas de multiplicar os recursos financeiros; à independência na gestão das finanças e, também, ao aperfeiçoamento dos relacionamentos, por promover uma comunicação aberta e colaborativa sobre as finanças pessoais entre os envolvidos. Os quais são aspectos que contribuem para a formação dos indivíduos em todas as suas potencialidades, conforme explicam Gonçalves e Neves:

No mais, a Educação Financeira se mostra não apenas um grande diferencial para as escolas, mas também uma necessidade para toda a população. E se trabalhada como tema transversal no ambiente escolar, pode contribuir para o desenvolvimento de valores, conhecimentos e competências importantes na condução de uma vida financeira autônoma dos estudantes (Gonçalves; Neves, 2021, p. 5).

Assim, considerando que a formação holística é um pilar da EPT, que promove a articulação do trabalho e da educação, capacitando os estudantes para o mundo do trabalho, e considerando ainda que, dentro do sistema capitalista, o dinheiro é resultado direto da força de trabalho, desempenhando um papel fundamental na estruturação da sociedade, fica evidente a relevância de proporcionar a Educação Financeira aos estudantes da EPT, futuros cidadãos e trabalhadores.

### **3. METODOLOGIA**

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa, que

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 22).

Assim, pautou-se o trabalho na revisão bibliográfica referente ao tema da pesquisa e nos dados obtidos por meio de questionário aplicado aos participantes.

Em relação à pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros, artigos, teses, dissertações e artigos publicados em anais de eventos científicos. Neste sentido, Marconi e Lakatos (2003, p. 183) asseveram que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Por sua vez, a pesquisa empírica foi realizada com os egressos do Curso Técnico Integrado em Contabilidade do *Campus* Patrocínio do IFTM, mediante autorização do Diretor-Geral do *Campus*, por meio de Declaração de Coparticipação em Pesquisa.

A escolha do local foi motivada pela pouca atenção que o curso em questão tem recebido dos pesquisadores, bem como pela facilidade de acesso ao *Campus* por parte da pesquisadora. Ademais, a Contabilidade possui grande relevância no cenário nacional e significativo impacto na sociedade, governos, empresas e na vida dos indivíduos de forma geral.

Para coleta dos dados foi utilizado um questionário *on-line* com perguntas objetivas relacionadas à percepção dos sujeitos da amostra sobre o ensino da Educação Financeira nas escolas, e questões nas quais puderam opinar e avaliar formas de facilitar a aprendizagem da temática nos espaços escolares.

O referido questionário foi elaborado na plataforma *Google Forms*<sup>1</sup> e enviado, primeiramente, por *e-mail* e, posteriormente, pelo *WhatsApp*<sup>2</sup>, aos egressos presentes em listagem solicitada por *e-mail* para a Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA) do *Campus* Patrocínio do IFTM.

A listagem continha os dados de 26 egressos, já que o curso se iniciou em 2020 e teve sua primeira turma de egressos no final do ano 2022. Ao final, foram coletadas 11 (onze) respostas no total, as quais foram tabuladas e dispostas em gráficos pela plataforma *Google Forms*.

Destaca-se, ainda, que o projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), para apreciação, conforme o estabelecido pelo Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos, nas

---

<sup>1</sup> Ferramenta disponibilizada gratuitamente pela empresa *Google* para realizar a coleta de dados a partir de fontes primárias, por meio da criação de formulários eletrônicos.

<sup>2</sup> Plataforma de troca de mensagens instantâneas e realização de chamadas de voz em *smartphones*.

Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n.º 466/2012 e 510/2016, sendo aprovado em 30 de junho de 2023, por meio do Parecer nº 6.154.029, CAAE nº 70895023.4.0000.5154.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O questionário foi composto por três partes: (1) Perfil do Egresso; (2) Percepção Financeira do Egresso; e (3) Educação Financeira nas Escolas. Os participantes também foram convidados a opinarem e sugerirem formas de facilitar a aprendizagem da Educação Financeira no ambiente escolar. A princípio, indagamos os egressos sobre sua idade na data de aplicação do questionário, obtendo como resposta que todos os participantes eram maiores de idade.

Na sequência, foi questionado se os egressos eram naturais da cidade de Patrocínio, em Minas Gerais. Observamos que 10 (dez) respondentes (90,9%) informaram terem nascido na cidade de Patrocínio/MG. Para aqueles que não nasceram nesta cidade, foi perguntado em qual cidade nasceram e, como resposta, 01 (um) egresso (9,1%) informou ser natural de Campinas, em São Paulo.

Quando questionados sobre a categoria de escola em que cursaram o Ensino Fundamental, observa-se que 08 (oito) egressos (72,7%) cursaram o Ensino Fundamental integralmente em escola pública, 02 (dois) respondentes (18,2%) cursaram a maior parte do Ensino Fundamental em escola particular e 01 (um) egresso (9,1%) cursou a maior parte do Ensino Fundamental em escola pública. Já ao serem questionados se já fizeram ou estão fazendo curso superior, 08 (oito) egressos (72,7%) responderam de forma positiva e 03 (três) egressos (27,3%) responderam de forma negativa o questionamento.

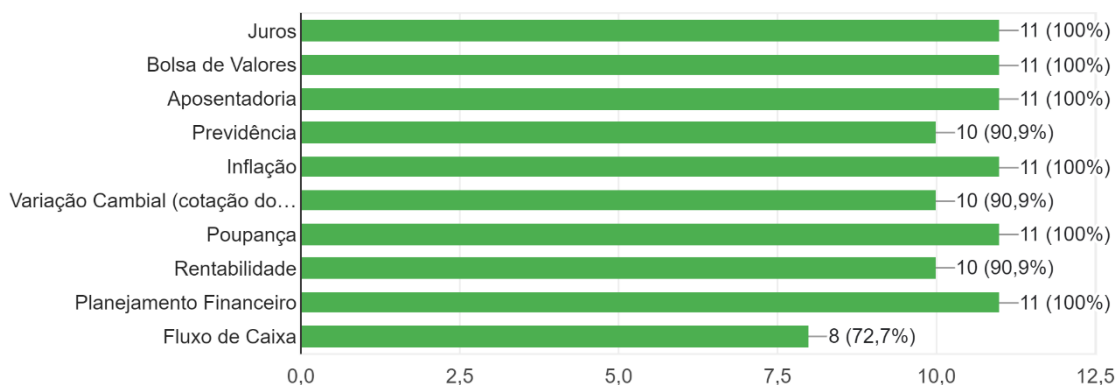
Os egressos que responderam positivamente o questionamento anterior informaram que escolheram como curso superior: Ciências Contábeis, Fisioterapia, Direito, Agronomia, Odontologia, Letras Português, Enfermagem e Ciências Biológicas. Observa-se que cada egresso escolheu um curso diferente e apenas 01 (um) deles continuou seus estudos na área contábil, escolhendo o curso superior em Ciências Contábeis.

Em seguida, os egressos foram questionados se, atualmente, estariam trabalhando na área contábil e 08 (oito) participantes (72,7%) informaram não estar atuando na área contábil, ao passo que 03 (três) participantes (27,3%) responderam de forma afirmativa à indagação. Outro destaque

está relacionado ao fato de que, apesar de apenas 01 (um) egresso estar cursando Ciências Contábeis, 03 (três) deles estão atuando na área contábil.

Na sequência, os egressos foram solicitados a assinalar as palavras com as quais já haviam tido contato, seja por meio de conversa com os pais e amigos, seja na televisão, *internet* e jornais. As palavras selecionadas foram: juros (100%), bolsa de valores (100%), aposentadoria (100%), previdência (90,9%), inflação (100%), variação cambial (90,9%), poupança (100%), rentabilidade (90,9%), planejamento financeiro (100%) e fluxo de caixa (72,7%) (Gráfico 1).

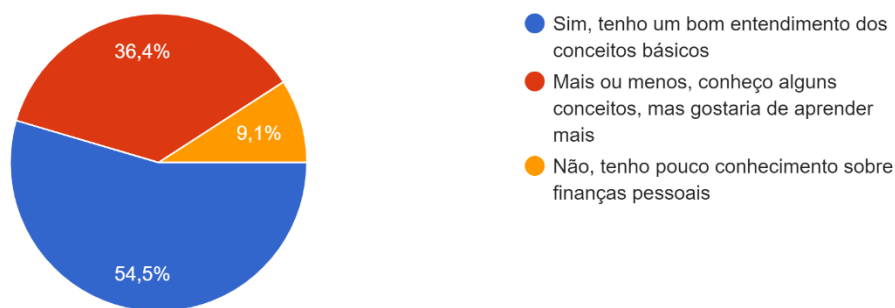
**Gráfico 1. Palavras e expressões financeiras conhecidas pelos egressos**



**Fonte: Elaborado pelos autores (2023).**

Na sequência, os egressos foram arguidos sobre a sua familiaridade com conceitos básicos de finanças pessoais. Os dados evidenciam que 06 (seis) egressos (54,5%) afirmam possuir uma compreensão satisfatória dos conceitos básicos sobre o assunto. Por sua vez, 04 (quatro) egressos (36,4%) afirmam possuir um conhecimento superficial, porém manifestaram interesse em conhecê-lo de forma mais detalhada. 01 (um) participante (9,1%) declarou não possuir familiaridade com os conceitos básicos de finanças pessoais (Gráfico 2).

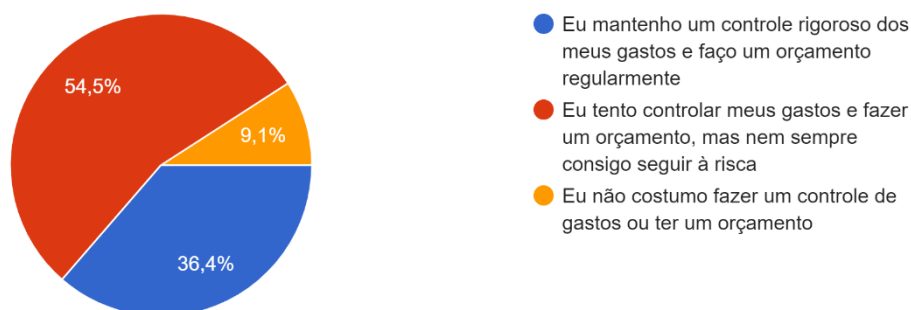
**Gráfico 2. Familiaridade do egresso com conceitos básicos de finanças pessoais**



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os egressos também foram questionados sobre suas atitudes em relação ao controle de gastos e orçamento. As respostas do questionário demonstram que 04 (quatro) participantes (36,4%) mantêm controle rigoroso sobre os gastos e fazem orçamento de forma regular. Já 06 (seis) egressos (54,5%) se esforçam para controlar suas despesas e elaborar um orçamento, mas nem sempre conseguem fazê-lo de forma sistemática. Por fim, 01 (um) respondente (9,1%) declarou que, normalmente, não acompanha suas despesas e nem elabora orçamento (Gráfico 3).

Gráfico 3. Atitude do egresso em relação ao controle de gastos e orçamento



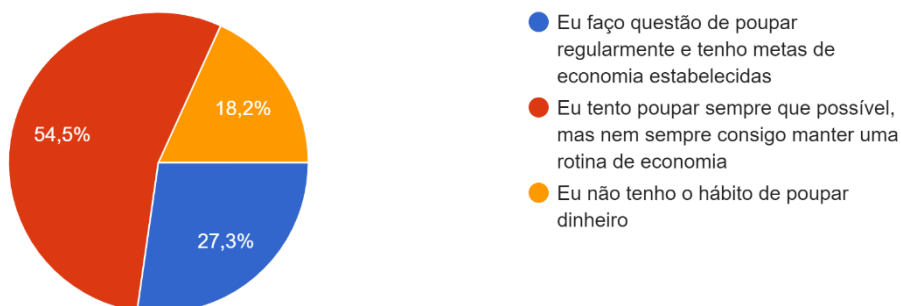
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nesta linha, Silva, Souza e Fajan (2015) ressaltam que a gestão financeira envolve a elaboração de estratégias, planos e a projeção de uso eficiente dos recursos futuros, visando evitar endividamentos e financiamentos. Por sua vez, a gestão das finanças é viabilizada pelo planejamento financeiro, que se inicia com um orçamento financeiro.

Já quando questionados se já tiveram experiência com dívidas e empréstimos, 10 (dez) egressos (90,9%) afirmaram que jamais contraíram dívidas ou recorreram a empréstimos e apenas 01 (um) participante (9,1%) afirmou estar, atualmente, lidando com dívidas ou empréstimos.

Em seguida, quando questionados sobre sua abordagem em relação a poupar dinheiro, 06 (seis) participantes (54,5%) se esforçam para economizar, porém, não conseguem manter uma rotina de poupança, enquanto 03 (três) respondentes (27,3%) comprometem-se a poupar de forma consistente e também estabelecem metas de economia. Contudo, 02 (dois) egressos (18,2%) informaram não terem o hábito de poupar dinheiro (Gráfico 4).

**Gráfico 4. Abordagem em relação a poupar dinheiro**

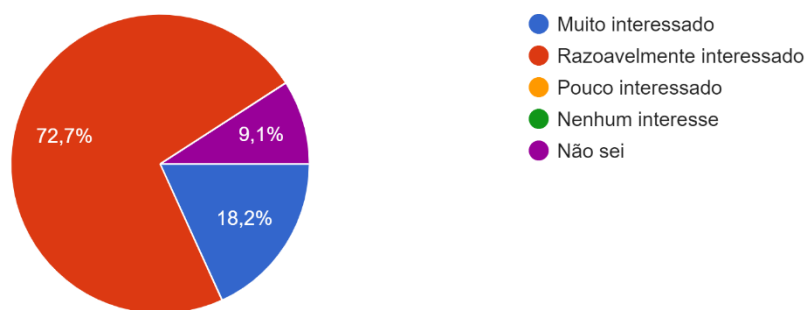


**Fonte: Elaborado pelos autores (2023).**

Neste sentido, foi solicitado aos egressos que avaliassem seu nível de interesse em relação à Educação Financeira. As respostas do questionário apontam que 08 (oito) respondentes (72,7%) qualificam seu interesse como “razoável”, ao passo que 02 (dois) participantes (18,2%) consideram-se “muito interessados” na temática. Apenas 01 (um) egresso (9,1%) declarou não ter certeza sobre seu nível de interesse no tema (Gráfico 5).

**Gráfico 5. Interesse pelos assuntos relacionados com a Educação Financeira**





**Fonte: Elaborado pelos autores (2023).**

Na sequência, os egressos foram convidados a expressassem sua opinião sobre a utilidade da inclusão do ensino de Educação Financeira nas escolas, com ênfase nos Cursos Técnicos Integrados em Contabilidade. Como resposta, todos os 11 (onze) participantes (100%) consideraram útil essa integração.

A respeito da aprendizagem dos alunos, perguntamos aos egressos sobre o que eles consideram facilitadores da aprendizagem de tópicos relacionados à Educação Financeira. Para tanto, foram disponibilizadas as opções demonstradas no Gráfico 6 e foi solicitado que os participantes assinalassem 03 (três) delas.

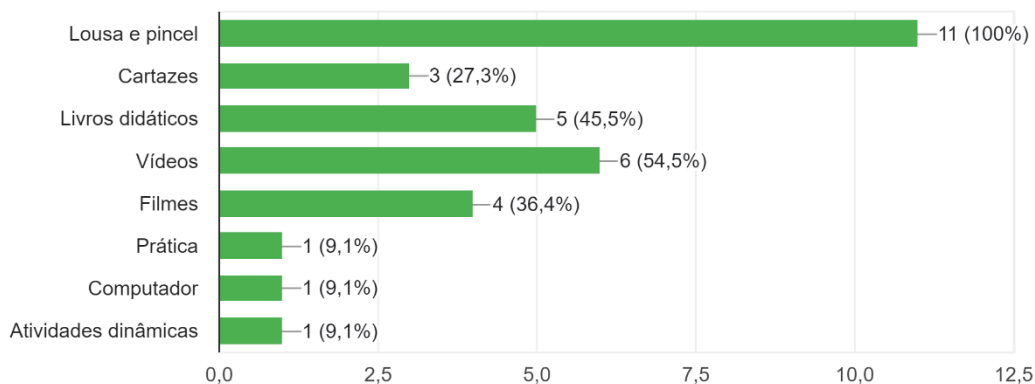
Todos os participantes, ou seja, 11 (onze) deles (100%), apontaram “Lousa e pincel” como facilitador da aprendizagem. Em segundo lugar, a utilização de vídeos em sala de aula, que foi apontada por 06 (seis) egressos (54,5%). A opção “Livros didáticos” ocupou a terceira posição e foi assinalada por 05 (cinco) respondentes (45,5%).

Já o recurso “cartazes” ocupou o quarto lugar, sendo assinalado por 03 (três) participantes (27,3%). Em último lugar, e empatados com a escolha de apenas 01 (um) egresso (9,1%), ficaram “atividades dinâmicas”, “prática” e “computador” (Gráfico 6).

Depreende-se que é importante que os professores discutam a seleção da abordagem de ensino e do material educativo na escola, pois muitos dos recursos pedagógicos são produzidos por especialistas vinculados ao setor bancário e têm como objetivo principal capacitar os estudantes para se tornarem consumidores de produtos financeiros (Silva; Kistemann Júnior; Vital, 2014), o que é coerente com a contribuição da Educação Financeira na formação integral dos estudantes.

Importa destacar, ainda, que as instituições financeiras privadas buscam vender seus produtos e serviços financeiros, que, muitas vezes, são demasiadamente complexos para a compreensão de pessoas não alfabetizadas financeiramente. Portanto, a escola possui um papel fundamental em conscientizar os jovens estudantes a respeito das chamadas armadilhas do mercado (Silva e Silva; Escorisa, 2017, p. 189).

**Gráfico 6. Recursos didáticos facilitadores da aprendizagem**

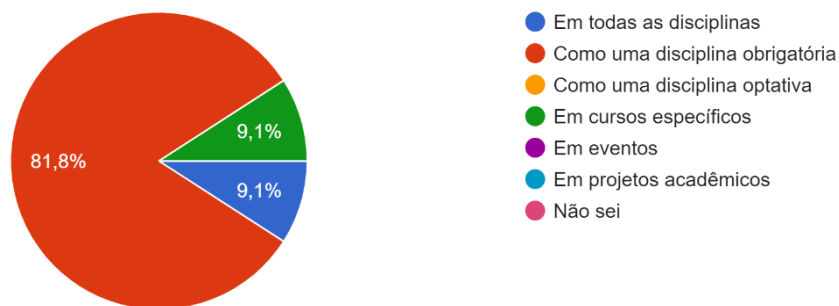


**Fonte: Elaborado pelos autores (2023).**

Por fim, na última pergunta do questionário, os egressos foram convidados a manifestarem sobre a forma como os assuntos ligados à Educação Financeira deveriam ser abordados no Curso Técnico Integrado em Contabilidade.

A maioria dos egressos, 09 (nove) participantes (81,8%) acreditam que a referida temática deveria ser abordada “como uma disciplina obrigatória”, enquanto 01 (um) respondente afirma que ela deveria ser tratada “em todas as disciplinas”. 01 (um) egresso (9,1%) indica que a temática deveria ser abordada “em cursos específicos”.

**Gráfico 7. Abordagem da Educação Financeira no Curso Técnico Integrado em Contabilidade**



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Portanto, os dados evidenciam o interesse dos egressos em terem uma disciplina específica que tratasse dos assuntos relacionados à Educação Financeira, sem que isso exclua a possibilidade de abordagens interdisciplinares e transversais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Financeira tornou-se uma demanda de grande importância para as escolas. O alto índice de endividamento da população brasileira, o consumismo e os baixos índices de alfabetização financeira expostos pelo teste do PISA demonstram que as instituições, especialmente, os espaços formais de educação, podem executar políticas e programas direcionados à integração da Educação Financeira na organização curricular dos estudantes, de forma a subsidiá-los com conhecimentos, habilidades e competências para sua inserção no mundo do trabalho e para o exercício pleno da cidadania, que compreende, inclusive, a dimensão financeira.

Assim, este estudo objetivou verificar qual a percepção dos egressos do Curso Técnico Integrado em Contabilidade do *Campus* Patrocínio do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM sobre o ensino da Educação Financeira nas escolas. Os dados evidenciaram que os egressos do referido curso da instituição participante consideram a temática relevante e sugerem, até mesmo, uma disciplina obrigatória e isolada para tratá-la com maior detalhamento. Recomendam, também, que a facilitação da aprendizagem dos assuntos de Educação Financeira ocorra, entre outros recursos pedagógicos, por meio de vídeos.

Dessa forma, os resultados alcançados fomentam a discussão sobre a importância da inserção da Educação Financeira nas instituições escolares, especialmente aquelas que ofertam a EPT, contribuindo, assim, para uma formação humana, integral e emancipatória dos discentes.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Comunicado FBEF n.º 1/2021**, de 20 de maio de 2021. BCB, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/comunicado-fbef-n-1/2021-de-20-de-maio-de-2021-321333672>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BELCHIOR, Celle Cristianne Mendes Evangelista. **Sequência didática em educação financeira: uma abordagem com vídeos em rodas de conversa**. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Rio Branco, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 13 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências** (Revogado pelo Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF). Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm). Acesso em: 28 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 06 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020. **Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10). Acesso em: 28 mar. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic): fevereiro de 2023**. [s.l.]: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-fevereiroj-de-2023/467393>. Acesso em: 20 mar. 2023.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia Financeira: A Educação Financeira como método para realizar seus sonhos**. São Paulo: Gente, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GIORDANO, Cassio Cristiano; ASSIS, Marco Rodrigo da Silva; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **EM TEIA - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, Pernambuco, v. 10, n. 3, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/241442>. Acesso em: 30 mar. 2023.

GONÇALVES, Marina; NEVES, Rafael Felipe Coelho. Educação Financeira como estratégia na formação integral dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 20, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10019>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GRÜSSNER, Paula Medaglia. **Administrando as finanças pessoais para criação do patrimônio**. 2007. 100 f. Monografia (Graduação em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 11 ago. 2023.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LORENZET, Deloíze; ANDREOLLA, Felipe; PALUDO, Conceição. Educação Profissional e Tecnológica (EPT): os desafios da relação trabalho-educação. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 15-28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/13522>. Acesso em: 07 mar. 2023.

MARCONATO, Eliane do Carmo; FERREIRA, Carlos Roberto Ferreira. Práticas financeiras vivenciadas por estudantes do Ensino Médio em seu contexto familiar. **Revista Educere et Educare**, [s. l.], v. 17, n. 42, p. 190-205, maio/ago., 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/26406>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEGRI, Ana Lúcia Lemes. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora**. 2010. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2010.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Recommendation of**

**the Council on Financial Literacy:** OECD/LEGAL/0461. OECD, 2020a. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0461>. Acesso em: 11 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Many 15-year-olds struggle with financial literacy, OECD PISA report finds.** OECD, 2020b. Disponível em: <https://www.oecd.org/fr/finances/education-financiere/many-15-year-olds-struggle-with-financial-literacy-according-to-oecd-pisa-report.htm>. Acesso em: 11 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Roadmap for the OECD accession process of Brazil.** OECD, 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/Roadmap-OECD-Accession-Process-brazil-EN.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Who we are.** OECD, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/about/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

PARAISO, Sandra Chaves Silva; FERNANDES, Ronaldo Augusto Silva. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2019. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/Cosmopolita/article/view/1031>. Acesso em: 30 mar. 2023.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado.** Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: [forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em: 13 fev. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SILVA E SILVA, Felipe Deodato da; ESCORISA, Natália Valadão. Percepções de jovens estudantes sobre a educação financeira: um estudo em Barra do Garças-MT. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 179-196, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/31177>. Acesso em: 28 set. 2023.

SILVA, Amarildo Melchiades da; KISTEMANN JÚNIOR, Marco Aurélio; VITAL, Márcio Carlos. Um estudo sobre a inserção da educação financeira como tema curricular nas escolas públicas brasileiras. In: Seminário de Investigação em Educação Matemática, 25., 2014. Braga. **Atas do XXV Seminário de Investigação em Educação Matemática**. Braga: APM., 2014. p. 35-46. Disponível em: [https://www.apm.pt/files/files/SIEM/2014/ataspdf/\\_P1\\_53435ecb1c615.pdf](https://www.apm.pt/files/files/SIEM/2014/ataspdf/_P1_53435ecb1c615.pdf). Acesso em: 23 set. 2023.

SILVA, Juliana Tomaz de Lima; SOUZA, Dércia Antunes de; FAJAN, Fernanda Deolinda. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 12, 2015, Resende. **Anais**. Resende: AEDB, 2015. p. 1-15. Disponível em: [www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf). Acesso em: 26 fev.

2023.